

CASTRA ORESBI: UM ASSENTAMENTO MILITAR ROMANO NA SERRA DO MARÃO?

JOÃO FONTE*

MARIA JOÃO CORREIA SANTOS**

JOSÉ MANUEL COSTA-GARCÍA***

CATARINA ISABEL SOUSA GASPAR****

HUGO PIRES*****

Resumo: Lino Tavares Dias e António Baptista Lopes referem a existência de um acampamento militar romano no alto da Serra do Marão, definido por um recinto rectangular, ao qual estaria associado uma torre de planta quadrangular. Este possível acampamento foi como tal identificado por uma inscrição gravada sobre um penedo que se localiza nas proximidades onde supostamente se lê *Castra Oresbi*. A exiguidade dos dados arqueológicos apresentados levou-nos a realizar uma revisão integral das evidências disponíveis através de pesquisa bibliográfica, prospeção arqueológica, aplicação de tecnologias geoespaciais e análise epigráfica. O objetivo deste trabalho passa por avaliar o verdadeiro potencial arqueológico da zona e propor a sua reinterpretação.

Palavras-chave: Arqueologia; Epigrafia; Fotogrametria; Deteção Remota.

Abstract: Lino Tavares Dias and António Baptista Lopes both report the existence of a Roman military camp on the summit of the Marão Mountain, defined by a rectangular enclosure, to which it would be associated a quadrangular tower. This possible camp have been identified as such by a rock-cut inscription located nearby, where supposedly one can read *Castra Oresbi*. The paucity of the existent archaeological data led us to conduct a full review of the available evidences through bibliographic research, archaeological prospection, the application of geospatial technologies and epigraphic analysis. The objective of this work is to assess the true archaeological potential of the area and to propose its reinterpretation.

Keywords: Archaeology; Epigraphy; Photogrammetry; Remote sensing.

* Instituto de Ciencias del Patrimonio (Incipit), Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). Department of Archaeology, University of Exeter. joao.fonte@incipit.csic.es.

** Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. mj.correiasantos@letras.ulisboa.pt.

*** Departamento de Historia, Universidade de Santiago de Compostela. Faculteit der Geesteswetenschappen, Vrije Universiteit Amsterdam. josemanuel.costa@usc.es.

**** Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. cgaspar1@campus.ul.pt.

***** Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. hpires@arq.up.pt.

1. PONTO DE PARTIDA



Fig. 1. Localização da Serra do Marão no contexto do Noroeste Peninsular.

Em meados da década de 1990, dois investigadores comunicaram a existência de diversos sítios arqueológicos de época romana no alto da Serra do Marão, numa zona compreendida entre os marcos geodésicos do Penedo Ruivo (a Norte, 1232 m) e da Chorida (a Sul, 1087 m), que serve de limite aos concelhos de Amarante (a Oeste) e Baião (a Este), ambos pertencentes ao distrito do Porto (Fig. 1). Assim, enquanto António Baptista Lopes¹ referia a existência de uma torre de planta quadrangular construída em pedra no sítio do Pedregal, que identifica com a “torre do Diabo”, Lino Tavares Dias² aludia também à existência de um acampamento de planta rectangular. Até à data, este foi o único assentamento romano

abertamente classificado como militar no Norte de Portugal, apesar das reservas expressas por alguns autores³.

Para a identificação destes elementos resultou fundamental a descoberta de uma inscrição gravada num penedo que se localiza neste altiplano. A leitura que foi então oferecida, *Castra Oresbi*, relacionava diretamente esta zona com o mundo militar romano⁴ (Fig. 2). A presença das Minas do Teixeira nas proximidades do alto

¹ LOPES, 2000: 290-291.

² DIAS, 1997: 301-302.

³ FABIÃO, 2007: 137; MARTINS, 2009: 127; CENTENO, 2011: 358.

⁴ As alusões na literatura latina aos *castra* como fortificações são abundantes (Caes. *B Gal.* 4.38.4, *B Civ.* 3.37.1; Sal. *Iug.* 37.3, 44.4; Liv. 44.40.6; Veg. *Mil.* 3.8; Liv. 7.39.1; Tac. *Ann.* 1.31; Suet. *Aug.* 49.1; Varro. *Ling.*



Fig. 2.
Inscrição
*Castra Oresbi*⁷.

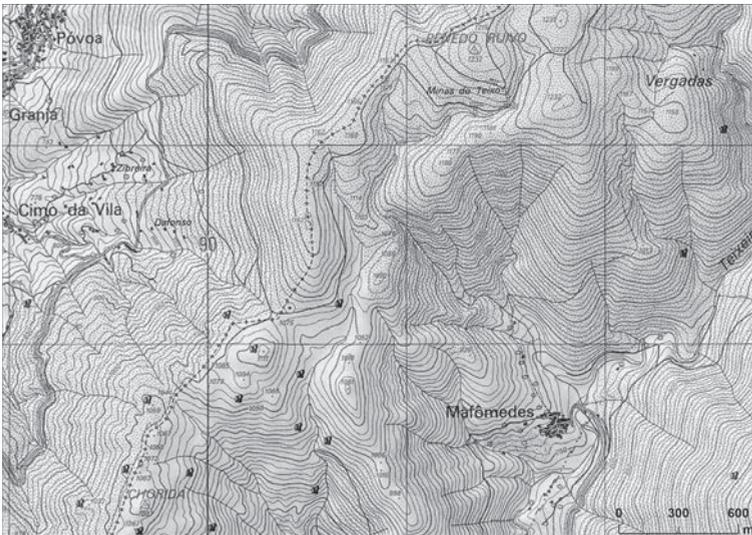


Fig. 3.
Localização do
penedo epigrafado
(ponto verde) e das
Minas do Teixo na
Carta Militar de
Portugal à escala
1:25.000 do IGeoE,
série M888, folha
n.º 114, 3ª edição.

do Penedo Ruivo, exploradas para a obtenção de estanho durante o século XX, mas cuja exploração poderá remontar a época romana⁵ (Fig. 3), bem como de uma suposta via romana que cruzava o alto da Serra do Marão⁶, reforçavam esta interpretação.

5.162; Ps.-Hyg. 56). Porém, o uso epigráfico do termo *castra* como topónimo não é precisamente frequente na *Hispania* (pode destacar-se o caso de *Castra Caecilia*-Cáceres el Viejo, assentamento republicano ainda recolhido como *mansio* no Itinerário de Antonino -Wess. 433.4-).

⁵ MARTINS, 2009.

⁶ DIAS, 1997: 301-302; LOPES, 2000: 290.

⁷ LOPES, 2000: 302.

2. CONTEXTO DA INTERVENÇÃO E METODOLOGIA

O interesse relativamente a esta problemática contextualiza-se no âmbito de um projecto mais amplo sobre o estudo da presença militar romana no Noroeste Peninsular⁸.

Nos últimos anos temos vindo a desenvolver uma metodologia para o estudo deste tipo de assentamentos que combina diversas técnicas de deteção remota, SIG e prospeção arqueológica superficial, a par da toponímia e memória oral⁹.

O objectivo do presente trabalho passa pela identificação positiva dos três elementos arqueológicos referidos (acampamento, torre

e penedo epigrafado) com vista à sua adequada documentação e contextualização histórico-arqueológica.

Numa primeira fase, compilámos toda a documentação bibliográfica existente, bem como toda a informação geográfica disponível (cartografia militar, ortofotos da Direção-Geral do Território, fotografias aéreas históricas e imagens de satélite da Google e Bing Maps). Constatamos que a zona tinha sido bastante afectada pela construção de torres eólicas para produção eléctrica, bem como pela intensa arborização realizada e consequente abertura de caminhos motivada por ambas situações. Considerando que as recentes alterações antrópicas modificaram significativamente a zona e



Fig. 4. Localização do sítio de Pedregulhal (rectângulo) e do penedo epigrafado (quadrado) sobre ortofoto do voo SPLAL (em cima) e ortofoto recente (em baixo).

⁸ <http://romanarmy.eu/pt/>

⁹ Vide neste volume MENÉNDEZ BLANCO *et al.*.

com vista a obter uma visão diacrónica da área de estudo, adquirimos ao Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) várias fotografias aéreas históricas dos voos SPLAL (1945), RAF (1947) e USAF (1958), que restituímos fotogrametricamente¹⁰. Nesta primeira abordagem, não nos foi possível reconhecer qualquer elemento arqueológico, com exceção do próprio penedo epigrafado.

Numa segunda fase, deslocámo-nos fisicamente à zona para procedermos a uma primeira inspecção visual sobre o terreno. Após identificarmos o penedo epigrafado e procedermos ao seu levantamento fotogramétrico, constatamos que a inscrição era, na verdade, mais extensa e mais complexa do que inicialmente se previa. Não foi, porém, possível identificar nenhuma das estruturas referidas pelos outros autores acima referidos.

Depois de termos contactado com António Baptista Lopes e Lino Tavares Dias, e seguindo as indicações dos mesmos, deslocámo-nos novamente à zona com o fim de realizar uma nova inspecção visual. Com a ajuda da população local de Murgido (Amarante), conseguimos identificar o sítio do Pedregulhal (que se deverá corresponder com o sítio do Pedregal referido por António Baptista Lopes), onde, segundo a memória oral, se localizava uma antiga torre construída pelo diabo para chegar ao céu e, quando lhe faltava apenas uma pedra para lá chegar, retirou uma de baixo o que fez com que a torre caísse. No local vê-se efectivamente uma grande concentração de pedras, mas não conseguimos identificar nem restos de possíveis alinhamentos ou alicerces de construções, nem pedra trabalhada (Fig. 4).

3. RESULTADOS DA ANÁLISE ESPACIAL

Seguindo a metodologia referida, os resultados da análise espacial foram, num primeiro momento, bastante desalentadores. No que diz respeito ao acampamento, não foi possível reconhecer sobre o terreno, imagens de satélite ou em fotografia aérea – histórica e recente – qualquer tipo de alinhamento que se pudesse corresponder com este tipo de recinto, pelo que nada mais é possível acrescentar até que surjam novos dados. Relativamente à torre, tudo parece indicar que, de facto, não existiu qualquer construção deste género no sítio do Pedregulhal, pelo que estaremos provavelmente perante um fenómeno de erosão natural motivado pela acusada pendente da zona.

Até ao momento não foi possível detectar nesta área qualquer evidência de povoamento antigo, estacional ou permanente. Os povoados fortificados da Idade do Ferro mais próximos, entre 4 a 5 km em linha reta, são os de Alto da Quintela

¹⁰ Vide detalhes desta metodologia em BLANCO-ROTEA *et al.*, 2016 e FONTE & COSTA-GARCÍA, 2016.

(Gestaço-Teixeira, Baião) e Monte do Crasto (Candemil, Amarante)¹¹. Algo mais afastados estariam os habitats romanos de Gestaço (Gestaço, Baião), Giesta (Ovil, Baião) e Valinho (Bustelo, Amarante)¹². Todavia, a presença de recursos minerais estanhíferos pode ter sido um importante factor de atracção das comunidades humanas para esta zona inóspita.

4. UMA MISTERIOSA INSCRIÇÃO

A quase ausência de povoamento nesta área torna ainda mais interessante a presença de um penedo epigrafado. Trata-se de um penedo de granito porfiróide, de forma grosseiramente tronco-cónica, em cuja face Oeste/Sudoeste foi gravada uma inscrição.

A sua localização não parece casual, uma vez que o monólito é perfeitamente visível e controla o altiplano existente entre o Penedo Ruivo e a Chorida. Aqui cruzam-se duas importantes vias históricas: a que no sentido Sudoeste-Nordeste segue o cume da serra, permitindo a rápida circulação através das elevações ao longo do vale do rio Teixeira; e a que atravessa a serra no sentido Oeste-Este comunicando os núcleos de Murgido (Amarante) e de Mafômedes (Baião), um percurso ainda frequentemente utilizado pelos pastores da zona. A inscrição encontra-se voltada justamente para o cruzamento destas duas vias de passagem.

A leitura epigráfica foi realizada através da observação directa da rocha *in situ* e contrastada com o resultado do Modelo Residual Morfológico (MRM) obtido directamente sobre o suporte pétreo a partir de registo fotogramétrico¹³. Tal processo permite detectar e contrastar as subtis irregularidades do suporte pétreo não observáveis a olho nu, devido ao seu elevado grau de erosão e a encontrarem-se dissimuladas pela sua cor e textura.

A partir do modelo tridimensional, procede-se ao cálculo do MRM através da determinação da forma predominante do objecto. As diferenças morfológicas encontradas entre o tal “modelo predominante” e o modelo original, são designadas de resíduo morfológico. Os valores obtidos são depois convertidos num mapa hipsométrico de alturas relativas, representando esse mesmo resíduo.

Com base nas imagens de grande resolução obtidas a partir do MRM, que permite aumentá-las centenas de vezes e aplicar máscaras de contraste, é assim possível captar e analisar os pormenores mais ínfimos dos resíduos de gravação,

¹¹ DIAS, 1997, 2016.

¹² *Ibid.*.

¹³ PIRES *et al.*, 2014.

que são decalcados digitalmente pelo epigrafista, com recurso a um programa de desenho vectorial, o que permite não só contrastar o que é visível directamente a olho nu, mas também consubstanciar a leitura e interpretação epigráficas.

De acordo com esta metodologia, conseguimos apreciar que a epígrafe se encontra gravada numa zona claramente preparada para o efeito e que constitui a única zona do suporte artificialmente alisada. Isto contrasta com a restante superfície da rocha, rugosa e heterogénea, devido à granulometria dos cristais de feldspato que incorpora. Por seu lado, as letras do que tradicionalmente se lê como *Castra Oresbi*¹⁴ foram profunda-

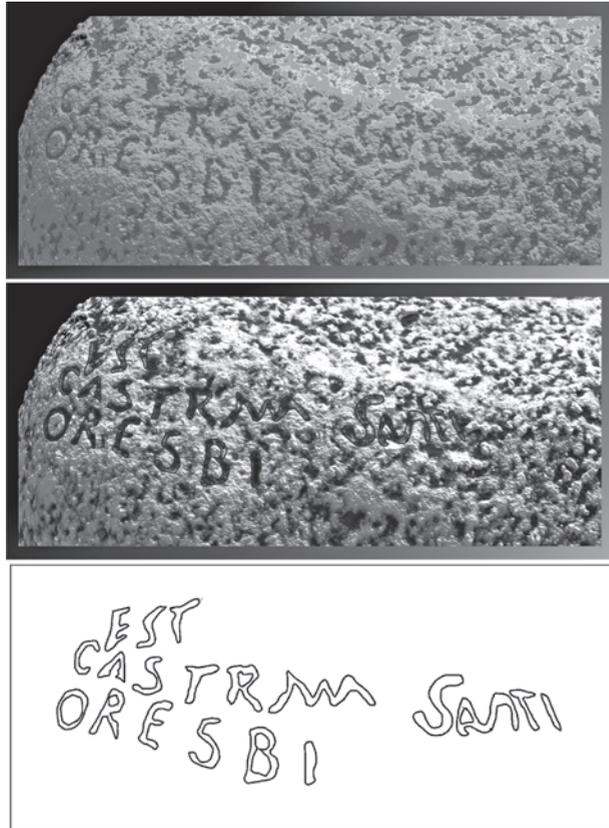


Fig. 5. Leitura epigráfica sobre MRM policromático e decalque sobre base bicromática.

mente gravadas e não colocam grandes problemas de leitura, com excepção do ‘a’ de *castra*, que em realidade parece ser um ‘u’, mas sendo claramente seguida de um ‘m’, embora não tão profundamente gravado.

A observação directa da rocha e o contraste através do MRM permitem localizar ainda uma primeira linha, gravada mais superficialmente mas ainda identificável a olho nu, onde se lê ‘est’. A inscrição compõe-se, portanto, de 3 linhas visíveis, lendo-se *est/ castram/ santi Oresbi*, cuja tradução será «é propriedade de Santo Oresbio» ou «pertence à demarcação de Santo Oresbio» (Fig. 5). *Oresbus/ Oresbius* trata-se claramente de um antropónimo, em concreto de origem grega e

¹⁴ CASTRA/ ORESBI (DIAS, 1997: 301-302; CARVALHO, 2008, II: 66-67; LOPES, 2000: 290-291); CASTRA/ OREOBI(*ensia*?) (REDENTOR, 2016: 150-151).

que encontramos mencionado no canto II da *Ilíada*¹⁵ e numa epígrafe de Cápua¹⁶, mas é a primeira vez que surge com a advocação de “santo”.

O curioso é que apenas parte da inscrição está profundamente gravada, sendo a primeira linha e o ‘m’ de *castram* menos visíveis, o que parece sugerir uma contínua regravação da zona mais marcada, talvez por ter servido como marco territorial em épocas sucedâneas.

Como referido, a interpretação do local como um possível acampamento militar romano tinha sobretudo por base a leitura deste texto como *castra*, algo que muda drasticamente com a sua correção para *castram* e com o deslindar de *santi*, que antecede *Oresbi*.

O substantivo latino *castrum*, *-i* na sua forma singular documenta-se num período recuado da língua latina, que o associa às línguas antigas da Península Itálica, em particular, o osco *castrous*, o úmbrico *kastruvu*, *castruo*, com o sentido de “separação, o que serve para separar”¹⁷, o que justifica a sua ligação ao verbo *castrare* (“separar, cortar”). Na realidade, a forma singular *castrum* parece ser anterior ao uso generalizado do plural *castra*, *-orum* com o sentido de acampamento militar, uma vez que surge atestada no séc. I a.C. em Cornélio Nepos¹⁸ com o sentido de “propriedade privada, delimitada ou vedada” e, como tal, separada do resto do território.

Se considerarmos este contexto semântico da palavra no singular, bem como o seu frequente uso em topónimos (como *Laurens Castrum*¹⁹, por exemplo), poderia admitir-se, forçando a leitura de *castrum* em vez de *castram*, que este texto se reportasse ao período romano republicano, referindo-se *castrum* ao terreno ou espaço de mineração, possivelmente vedado ou delimitado, cujo possuidor seria *Oresbius*.

Na epigrafia latina de época imperial²⁰, o uso de *castrum* como topónimo está bem atestado na área itálica referindo-se a lugares que outras fontes definem claramente como núcleos urbanos de certa entidade. Fora desta área apenas se conhece uma referência à denominação *Castrum Margum*²¹ para a cidade de *Margus*/Požarevac (Sérvia). Uma única referência epigráfica parece aludir a um núcleo de povoação

¹⁵ Hom. II. 2.5.707.

¹⁶ *CIL* X, 4190.

¹⁷ ERNOUT & MEILLET, 1951.

¹⁸ «...ei dederat Grynium in Phrygia castrum, ex quo quinquagena talenta uectigalis capiebat» (Nep. Alc. 9.3).

¹⁹ Cidade do Lácio também designada como *Laurentum* – cf. Tib. 2, 5, 49; Serv. A, 9, 7.

²⁰ *CIL* XIV, 2461, 2468, 2469, 2473, 2474; *CIL* XI, 3577, 3578, 3579, 3580, 3581, 3586b. Foram consultadas para o efeito as seguintes bases de dados: Epigraphik-Datenbank Clauss/Slaby (<http://www.manfredclaus.de>), Epigraphic Database Heidelberg (<http://edh-www.adw.uni-heidelberg.de/home>), Hispania Epigraphica Online (<http://eda-bea.es/>), Hesperia, Banco de datos de lenguas paleohispánicas (<http://hesperia.ucm.es/>) e Searchable Greek Inscriptions (<http://epigraphy.packhum.org/>).

²¹ *AE* 1902, 33.

de inferior categoria: um tal *Castrum Planae* na antiga província de Dalmácia²². Infelizmente, nada sabemos da entidade e extensão de tal assentamento²³. Deve ter-se em conta que nestes casos o segundo termo que constitui o topónimo é um adjetivo (*Nouum*), ou antes um substantivo etnónimo (*Moeniensium*) ou topográfico em si mesmo (*Margum, Planae*), mas nunca um antropónimo.

A palavra *castrum* é rara na epigrafia da Península Ibérica e apenas existem três alusões: uma de época romana encontrada em Mogadouro, pouco segura²⁴; outra em plural – *castros* – de época visigótica e procedente de Pelayos (Salamanca)²⁵; e uma última, proveniente de León, claramente de contexto alto-medieval²⁶, remetendo para uma cronologia em que este termo é relativamente frequente na documentação notarial.

Um importante conjunto de documentos epigráficos nos quais figura a palavra *castrum* em singular parece concentrar-se no período imperial tardio, referindo-se a fortificações que pelas suas características se poderiam reconhecer como *castra* ou a guarnições militares²⁷, ou a pequenas torres fortes²⁸. Por outro lado, durante a época tardo-antiga, documenta-se outro conjunto de sítios de difícil caracterização ainda que muito possivelmente também fortificados²⁹. Existem também topónimos nos quais é possível identificar elementos antropónicos, como talvez ocorra com *Castro Crescentio*³⁰ no Norte de África. Tendo em conta que neste amplo período se documenta um incremento na utilização da palavra *castrum* na língua escrita³¹,

²² CIL XI, 76.

²³ WILKES, 1962, 1969.

²⁴ “Doviter/us Triti / f(i)lius an(n)o(rum) / L Addou/ie(n)sis c(astrum?) / m(onumentum) / [...]” (HEp 3, 1993, 4 = AE 1987, 587). A restituição *Addouie(n)sis c(astrum)* restringe-se a uma interpretação determinada do famoso carácter conhecido como C invertida (MOURINHO, 1987: 101-103).

²⁵ Trata-se de uma inscrição gravada sobre xisto onde aparece várias vezes a palavra *castros*, em acusativo plural irregular (HEp 3, 1993, 302 = HEp 10, 2004). Este documento, datado do século VII, é considerado como um documento fiscal: (chrismon) *suscepimus [pe]r [castros] is per números VI suscepimus d[u]os x per x castros II te m[...]i s[...] suscepimus per castros tres [...] suscepimus per castros [...] suscepim[us] per castr[os...] suscep[imus] per c[astros...]* (VÁZQUEZ SORIANO, 2000).

²⁶ “*Omniibus exemplum sit quod venerabile templum / rex dedit Ordonius qui iacet ipse pius / hanc fecit sedem quam primo fecerat aedem / virginis hortatu quae fulget in pontificatu / pavit eam donnis per eam nitet urbs legionis / quaesumus ergo dei gratia parcat ei amen / is rex Alfonsi patris sui vestigio prudenter et iuste regnu(m) gubernas Talaveram / cepit et Arabes apud castrum sancti Stephani prostravit subiugavitque sibi Lusi/taniam et B(a)eticam provincias terram Arabu(m) quae Sincilla dicitur magna strage / subegit Anagarum coepit et vicariam et octavi regni sui anno cum sex mensibus / completis Zamorae infirmitate percussus ab hoc s(a)eculo migravit (a)era DCCCCXXXII” (IHC 242).*

²⁷ CIL XV, 7239; CIL XIII, 8502.

²⁸ CIL VII, 268.

²⁹ CIL III, 6660=AE 2006, 4; CIL VIII, 9835; CIL VIII, 14439; CIL V, 5418; CIL IX, 5185.

³⁰ CIL VIII, 16763.

³¹ JIMÉNEZ DE FURUNDARENA, 1994; VAJNER, 2015.

poderia o nosso *Castram Oresbi* relacionar-se de algum modo com um contexto tardo-antigo?

O certo é que ao comprovar-se não só a leitura de *castram*, mas também a existência de *santi* na inscrição, impõe-se inevitavelmente uma nova interpretação cronológica do que tradicionalmente se aceita para esta inscrição. A forma *castram* só pode ser interpretada como o acusativo do singular de *castra*, *castrae*, remetendo a uma possível cronologia dos séculos VII-VIII, o que estará de acordo com a forma *santi*, em vez de *sancti*, que igualmente aponta para o mesmo horizonte cronológico.

A partir dos séculos III-IV d.C. ocorre no Noroeste Peninsular um período de paulatina ruralização que se verá acentuado em época alto-medieval. Logicamente, este fenómeno não ocorreu de forma uniforme no espaço e no tempo, pois parece estar ligado tanto às particulares formas de organização política e social como à articulação de novos sistemas de exploração agropecuária³².

Nas zonas de montanha, a reocupação e fortificação de antigos povoados fortificados da Idade do Ferro parece ter sido um fenómeno recorrente durante os séculos V-VIII³³, documentando-se também a fundação de novos assentamentos fortificados em altura³⁴, muitos dos quais eram denominados por *castra* ou *castella*³⁵. A polissemia e a ambiguidade documentadas dificultam, porém, a associação dos termos a realidades arqueológicas concretas³⁶, além de que a própria heterogeneidade mostrada pelas fortificações de altura desta época impede a clara definição da sua funcionalidade e adscrição cronológica³⁷.

Talvez o melhor paralelo para *castram Oresbi* – em que este substantivo é acompanhado de um antropónimo em genitivo – seja *Castro Pelagii* (Valdoré, León), que sugere a ideia de que o mencionado “castro” pertencia de algum modo a um indivíduo, eventualmente um *possessor* ou *dominus* local, bem seja presente ou passado³⁸.

³² FERNÁNDEZ MIER, 1999; —, 2006.

³³ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 1997; SÁNCHEZ PARDO, 2012.

³⁴ SASTRE BLANCO *et al.*, 2014; TENTE & MARTÍN VISO, 2012.

³⁵ Em Pelayos (Salamanca) encontrou-se uma inscrição sobre xisto na que figura várias vezes a palavra *castros*, um acusativo plural irregular (HEp 3, 1993, 302 = HEp 10, 2004). O referido documento datou-se no século VII e considera-se um documento fiscal, referido talvez à cobrança ou pagamento de censos (VÁZQUEZ SORIANO, 1989, 2000). Não está claro se os mencionados *castros* são apenas entidades fiscais e políticas ou também unidades físicas de povoamento. A inscrição diz o seguinte: (chrismon) *suscepimus [pe]r [castros] is per números VI suscepimus d[u]os x per x castros II te m[...]i s[...] suscepimus per castros tres [...] suscepimus per castros [...] suscepim[us] per castr[os...] suscep[imus] per c[astros...]*.

³⁶ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2002; —, 2014; ISLA FREZ, 2001; JIMÉNEZ DE FURUNDARENA, 1994; —, 1995.

³⁷ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2001; —, 2011; —, 2014.

³⁸ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2001: 25-26.

A área que nos ocupa caracterizou-se historicamente pela dispersão do habitat e pela escassa hierarquização sociopolítica das suas comunidades³⁹. Os indícios de povoamento de época romana, tardo-romana e alto-medieval parecem concentrar-se em torno dos rios Douro e Tâmega e, em segunda instância, nos vales dos rios Ovil e Ovelha⁴⁰, servindo a Serra do Marão como divisória entre a região do Entre Douro e Minho e a de Trás-os-Montes. Além disso, as fortificações de altura datadas dos séculos V-VIII são praticamente desconhecidas na zona, em contraste com o que ocorre com as fortificações dos séculos IX-X, onde, em alguns casos, é inclusivamente possível documentar a reocupação de antigos castros pré-romanos ocupados também em época romana⁴¹.

Aqui, porém, trata-se muito possivelmente da “demarcação de Santo Oresbio”, sobre o qual há apenas duas certezas: que está claramente gravado na rocha como tal; e cujas características remetem a um ambiente tardio, enquadrável muito provavelmente num contexto alto-medieval.

5. CONCLUSÕES

Em suma, quer a avaliação arqueológica do local, quer a leitura epigráfica indicam que provavelmente não terá existido aqui nenhum acampamento nem torre militar romana. Não existe, até ao momento, nenhuma evidência arqueológica que suporte a existência no local destes elementos. O único elemento arqueológico de que dispomos é efectivamente a referida inscrição gravada numa rocha no alto da Serra do Marão e que se reporta, muito claramente, a um *castram santi Oresbi*. É provável que estivesse relacionada com alguma propriedade ou povoamento de altura alto-medieval, mas não existem ainda dados histórico-arqueológicos suficientes para desvendar o resto da sua história.

Agradecimentos: Agradecemos ao Grupo de Investigação “Síncrisis. Investigación en Formas Culturais” da Universidade de Santiago de Compostela (GI-1919) e ao seu coordenador Marco V. García Quintela a ajuda prestada na aquisição das fotografias aéreas históricas necessárias à realização deste trabalho. Queremos também agradecer a António Baptista Lopes e a Lino Tavares Dias por todos os esclarecimentos que gentilmente nos prestaram.

³⁹ LIMA & TEIXEIRA, 2010.

⁴⁰ LIMA, 2016.

⁴¹ BARROCA, 2004; LIMA, 2011; —, 2013.

CORPORA

AE – *L'Année épigraphique*. Paris: CNRS. <http://www.anneeepigraphique.msh-paris.fr/>

CIL – *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlin-Brandenburg: Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften. http://cil.bbaw.de/cil_en/index_en.html

HEp – *Hispania Epigraphica*. Alcalá: Universidad Complutense de Madrid. <http://eda-bea.es>

FONTES

HOMEROS (1939) – *Homeri Ilias*. K. Hentze. Leipzig: Teubner.

NEPOS, C. (1901) – *Vitae de Viris Illustribus*. Eric Otto Winstedt (ed.). Oxford: Oxford University Press.

WESSELING, P. (1735) – *Vetera romanorum itineraria, sive Antonini Augusti itinerarium: cum integris Jos. Simleri, Hieron. Suritae, et And. Schotti notis. Itinerarium hierosolymitanum et Hieroclis grammatici synecdemus*. Amsterdam: Wetstenium & G. Smith.

BIBLIOGRAFIA

BARROCA, M. (2004) – *Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)*. «Portugalia», 25, p. 181-203.

BLANCO-ROTEA, R.; COSTA-GARCÍA, J.; FONTE, J.; GAGO, M. & GONÇALVES, J.A. (2016) – *A Modern Age redoubt in a possible Roman camp. The relationship between two defensive models in Campos (Vila Nova de Cerveira, Minho Valley, Portugal)*. «Journal of Archaeological Science: Reports», 10, p. 293-308.

CARVALHO, H. (2008) – *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento, 2 vols.

DIAS, L. T. (1997) – *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR.

CENTENO, R. (2011) – *Da República ao Império: reflexões sobre a monetização no ocidente da Hispânia*. In GARCÍA-BELLIDO, M. P., CALLEGARIN, L. & JIMÉNEZ DÍEZ, A., coord., *Barter, Money and Coinage in the Ancient Mediterranean (10th-1st centuries BC)*, Anejos AEspA LVIII. Madrid, p. 355-367.

DIAS, L. T. (2016) – *Baião em torno do ano zero*. Baião: Câmara Municipal de Baião.

ERNOUT, A. & MEILLET, A. (1951) - *Dictionnaire etymologique de la langue latine: histoire des mots*, 3^e édition revue, corrigée et augmentée d'un index. Paris.

FONTE, J. & COSTA-GARCÍA, J. (2016) – *Alto da Cerca (Valpaços, Portugal): um assentamento militar romano na Serra da Padrela e sua relação com o distrito mineiro de Tresminas*. «Estudos do Quaternário», 14, p. 39-58.

LIMA, A. (2011) – *Povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da monarquia asturiana*. «Portugalia», 31-32, p. 83-114.

- (2013) – *Povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da monarquia asturiana*. In FERNANDES, I. C., coord. – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, vol. I. Lisboa: Colibri, p. 183-198.
- (2016) – *Baião em torno do ano mil*. Baião: Câmara Municipal de Baião.
- FABIÃO, C. (2007) – *El ejército romano en Portugal*. In MORILLO CERDÁN, Á., coord. – *El ejército romano en Hispania: guía arqueológica*. León: Universidad de León, p. 113-134.
- FERNÁNDEZ MIER, M. (1999) – *Génesis del territorio en la Edad Media. Arqueología del paisaje y evolución histórica en la montaña asturiana*. Oviedo: Universidad de Oviedo.
- (2006) – *La articulación del territorio en la montaña cantábrica en época tardoantigua*. In ESPINOSA RUIZ, U. & CASTELLANOS GARCÍA, S., coord. – *Comunidades locales y dinámicas de poder en el norte de la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía*. Logroño: Universidad de La Rioja, p. 265-289.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. (1997) – *Expansión y consolidación feudal del Reino de Asturias: las fortificaciones de Alfonso III en la montaña leonesa*. In *Homenaje a Juan Uría Riu*. Oviedo: Universidad de Oviedo, p. 275-300.
- (2001) – *La fortificación pre-feudal en el norte peninsular: castros y recintos campesinos en la alta Edad Media*. In FERNANDES, I. C., coord. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do Simposio Internacional sobre Castelos (Palmela, 2000)*. Lisboa: Colibri, p. 16-29.
- (2002) – *Castros y campamentos de campaña de las guerras cántabras*. In DE BLAS CORTINA, M. A. & VILLA VALDÉS, Á., coord. – *Del castrum al castellum. Los castros entre la Antigüedad y la Alta Edad Media*. Navia: Ayuntamiento de Navia, p. 301-316.
- (2011) – *Fortificaciones visigodas y conquista islámica del norte hispano (c. 711)*. In GARCÍA MORENO, L. A. & VIGUL ESCALERA, A., coord. – *711. Arqueología e historia entre dos mundos*, vol. 1. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 143-162.
- (2014) – *Fortificaciones tardoantiguas y visigodas en el norte peninsular (ss. V-VIII)*. In CATALÁN RAMOS, R., FUENTES MELGAR, P. & SASTRE BLANCO J. C., coord. – *Fortificaciones en la tardoantigüedad: élites y articulación del territorio (siglos V-VIII d.C.)*. Madrid: La Ergástula, p. 191-214.
- ISLA FREZ, A. (2001) – *Villa, villula, castellum. Problemas de terminología rural en época visigoda*. «Arqueología y Territorio Medieval», 8, p. 9-19.
- JIMÉNEZ DE FURUNDARENA, A. (1994) – *Castrum en la Hispania romana y visigoda*. «Hispania Antigua», 18, p. 441-455.
- (1995) – *Castellum en la Hispania romana: su significado militar*. «Hispania Antigua», 19, p. 129-150.
- LIMA, A. & TEIXEIRA, R. (2010) – *Reflexões em torno do povoamento e organização dos territórios medievais no curso médio e terminal do Douro*. In BURÓN ÁLVAREZ, M. & RODRIGUES, M. A. R., coord. – *Actas Coloquio Internacional Patrimonio Cultural y Territorio en el Valle del Duero*. Salamanca: Junta de Castilla y León, p. 137-153.
- LOPES, A. B. (2000) – *A Serra do Marão; património arqueológico da sua reserva florestal*. In *Actas do II Congresso Histórico de Amarante*, vol. 3. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, p. 385-302.
- MARTINS, C. (2009) – *A Mina do Teixo, Serra do Marão*. In *Actas do II Congresso Histórico de Amarante*, vol. 1. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, p. 125-136.

- MOURINHO, A. M. (1987) – *Epigrafia latina entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Façal*. «Brigantia», 7, p. 101-132.
- PIRES, H., FONTE, J., SECO, L., SANTOS, M.J.C. & SOUSA, O. (2014) – *Morphological Residual Model. A Tool For Enhancing Epigraphic Readings Of Highly Eroded Surfaces*. In ORLANDI, S., SANTUCCI, R., CASAROSA, V. & LIUZZO, P. M., coord. – *Information Technologies for Epigraphy and Cultural Heritage. Proceedings of the First EAGLE International Conference*. Roma: Sapienza Università Editrice, p. 133-144.
- QUIRÓS CASTILLO, J. A. & TEJADO SEBASTIÁN, J. M. (2012): *Los castillos altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica*. Bilbao: UPV. *Los castillos altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica* 4.
- RENTOR, A. (2016) – *Entre o Douro e o Olimpo – no encaço das mulheres e homens que vivificaram o território na época romana*. In Dias, L. T., coord. – *Baião em torno do ano zero*. Baião: Câmara Municipal de Baião, p. 135-152.
- SÁNCHEZ PARDO, J. C. (2012) – *Castros, castillos y otras fortificaciones en el paisaje sociopolítico de Galicia (siglos IV-XI)*. In QUIRÓS CASTILLO J. A. & TEJADO SEBASTIÁN, J. M., coord. – *Los castillos altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica*. Bilbao: UPV, p. 29-56.
- SASTRE BLANCO, J. C.; FUENTES MELGAR, P. et al. (2014) – *El poblado fortificado de El Castellón en el contexto del siglo V d. C.*. In CATALÁN RAMOS, R., FUENTES MELGAR, P. & SASTRE BLANCO, J. C., coord. – *Las fortificaciones en la tardoantigüedad*. Madrid: La Ergastula: 191-214.
- TENTE, C. & MARTÍN VISO, I. (2012) – *O Castro do Tintinho (Guarda, Portugal). Interpretação dos dados arqueológicos como fortificação do período pós-romano*. In QUIRÓS CASTILLO J. A. & TEJADO SEBASTIÁN J. M., coord. – *Los castillos altomedievales en el noroeste de la península ibérica*. Bilbao: UPV, p. 57-76.
- VAJNER, B. (2015) – *Castra, castrum, castellum. Statisztika és interpretáció*. Budapest: Pázmány Péter Katolikus Egyetem. PhD thesis.
- VÁZQUEZ SORIANO, I. (1989) – *Las Pizarras visigodas: edición crítica y estudio*. Murcia: Universidad de Murcia.
- (2000) – *Documentos de época visigoda escritos en pizarra (siglos VI-VIII)*. Turnhout: Brepols.
- WILKES, J. (1962) – *Studies in the Roman province of Dalmatia*. Durham: Durham University. PhD thesis.
- (1969) – *Dalmatia*. Harvard: Harvard University Press.